

# **Algumas Considerações Antropológicas sobre o Processo de Urbanização e suas Conseqüências sobre a Saúde Mental das Crianças**

*Eunice Nakamura\**

O processo de urbanização, principalmente nos países do Terceiro Mundo, tem sido objeto de estudos e de pesquisas, em termos das conseqüências do crescimento desordenado das grandes metrópoles sobre a saúde mental dos indivíduos.

O aumento populacional, agravado pelos fluxos migratórios, sem a concomitante adequação das condições de infra-estrutura básica, delimita o espaço urbano em áreas sócio-econômicas e ambientais diferenciadas. O que se observa, hoje, na cidade de São Paulo, é uma heterogeneidade espacial que reflete a má distribuição de renda e, portanto, de condições básicas à qualidade de vida dos indivíduos. O problema do desemprego, da moradia, da infra-estrutura urbana, da violência, são apenas alguns dos fatores que caracterizam essa heterogeneidade espacial.

A urbanização é marcada por profundas transformações sociais, que incluem a diferenciação social, a segmentação, a segregação e a difusão espacial<sup>1</sup>. Segundo Ekblad (1995), esses fatores caracterizam um contexto sócio-ambiental que pode agravar as causas das patologias mentais, sociais e psíquicas, devido às condições desfavoráveis de stress a que são submetidos os indivíduos no meio urbano.

Harpham & Blue (1995) citam a depressão e a ansiedade<sup>2</sup> como sendo as principais formas de manifestação do stress urbano. Cheng (1989:310) também afirma que as características clínicas da morbidade dos transtornos psiquiátricos menores (minor psychiatric morbidity) incluem, além da ansiedade e da depressão, insônia, estafa, irritabilidade, falta de memória e de concentração, sintomas e referências somáticas.

Ainda segundo Harpham & Blue (1995), no caso do Brasil, pesquisas na área da epidemiologia social apontam para a relação entre a urbanização e a saúde mental, em parte devido ao fato de apresentarmos 70% da população habitando as áreas urbanas em condições visíveis de desigualdade sócio-ambiental, econômica e cultural. A atenção à depressão e à ansiedade se justifica por

## **RESUMO**

Diante das desigualdades espaciais, sociais, econômicas e culturais do mundo urbano, o presente artigo analisa a possibilidade de manutenção da saúde mental na infância. O sentimento de pertença, base da socialidade, é ressaltado como um aspecto fundamental, capaz de contribuir, "sob um olhar antropológico", para a compreensão dos mecanismos de ajuste e de adaptações necessárias à preservação da saúde mental da comunidade.

## **UNITERMOS**

Saúde mental. Urbanização. Identidade cultural. Socialidade.

<sup>1</sup> Ekblad (1995) cita a definição de Marsella, A.J. (1990)

<sup>2</sup> Harpham & Blue (1995) citam um relatório do Banco Mundial (1993) segundo o qual os distúrbios mentais comuns (common mental disorders) representam 90% das doenças mentais nos países em desenvolvimento, em termos da morbidade dos transtornos psiquiátricos menores (minor psychiatric morbidity).

\* Mestre em Antropologia Social pela USP

sua prevalência em dados obtidos junto aos serviços de atenção primária à saúde, principalmente através das queixas associadas a manifestações somáticas.

Os problemas relacionados ao ambiente urbano são, portanto, apontados por esses autores como causadores do stress, na medida em que exercem grande influência sobre a experiência e o significado a ela atribuído pelos indivíduos de uma sociedade, quando da impossibilidade de satisfação das suas necessidades.

As desigualdades sócio-econômicas são apontadas em vários estudos sobre urbanização e saúde mental como o principal responsável pelas condições de stress, devido a situações de privação e de desorganização social. A incongruência entre os anseios e as perspectivas da existência individual e as condições básicas do meio ambiente necessárias para satisfazê-los é um reflexo da heterogeneidade urbana. No entanto, as diferenças não se referem apenas à ausência de condições materiais, mas, principalmente, às privações culturais e sociais, resultantes da quebra das estruturas familiares e comunitárias, responsáveis pela sensação de segurança, pertencimento e participação dos indivíduos em uma sociedade (Ekblad, 1995).

Marsella (1990) estabelece uma classificação dos fatores do meio urbano que determinam o stress:

- meio urbano físico: ruído, poluição, aglomeração, habitação inadequada, problemas sanitários, desastres naturais etc.
- meio urbano macro/micro social: urbanização, migração, desintegração social, pobreza etc.
- meio urbano psicossocial: alienação, anonimato, individualismo etc.

Do ponto de vista antropológico, a questão básica para uma análise do problema parece incidir sobre as conseqüências do conjunto desses fatores sobre a possível estabilidade das relações sociais e suas implicações à consolidação das identidades culturais.

*“Cumpra não esquecer que a atividade humana envolve, sempre, o esforço dos homens de construir e integrar significados que possam dar sentido a sua vida concreta e que esse esforço se traduz em formas de conceber sua própria inserção na realidade social.”*

(Macedo, 1986:143)

As pesquisas na área da antropologia urbana têm associado o significado da vida nas cidades com as condições sócio-econômicas capazes de satisfazer as necessidades de consumo dos indivíduos. Segundo Caldeira (1984:104), “a quantidade de rendimentos impõe limites, indo determinar não só o que pode ser comido ou vestido, mas também de que maneira a

própria cidade pode ser apropriada; ou seja, é a renda que vai ditar, em boa medida, a maneira de viver”.

A heterogeneidade urbana determina, dessa forma, não apenas uma segregação espacial entre pobres e ricos, centro e periferia, mas estabelece uma noção de “pedaço” (Magnani, 1984), ao qual corresponde um componente de ordem espacial onde se estabelecem redes de relações sociais. É portanto no “pedaço” que se constituem as identidades, diante da possibilidade de se estabelecer relações sociais em torno de uma percepção comum de uma dada realidade e suas condições sócio-econômicas e ambientais. Finalmente, é no “pedaço” que os anseios individuais se conjugam às expectativas e às possibilidades de inserção social, constituindo identidades em meio às privações e desigualdades de oportunidades.

A pobreza, as diferenças quanto ao acesso à moradia e aos equipamentos urbanos e ao lazer, a migração e suas conseqüências sobre a possibilidade de adaptação e de inserção social são alguns dos fatores desse mundo urbano, que determinam modos diferenciados de se viver, à medida que se compreende o próprio contexto em que se desenrola a vida.

Nessa realidade marcada pelas adversidades, as relações sociais e comunitárias, o reconhecimento de um e de outros permitem que se estabeleça a identidade, à medida que cada indivíduo se comporta de acordo com um “contrato social”, exercendo seus papéis ou aquilo que lhes permite o comportamento adequado e o reconhecimento enquanto membros de uma mesma comunidade.

A interação social é um fator preponderante como referência e suporte à experiência social dos indivíduos. A descoberta individual de pertencimento a uma sociedade se dá através do reconhecimento do outro, no plano da cultura e das regras, enfim, das relações sociais. Segundo Lévi-Strauss (1986:238), “os fatos relativos à vida psíquica do indivíduo, e que se mantêm impenetráveis mesmo para ele, só podem ser esclarecidos ao serem remetidos à ‘vida coletiva dos homens’”.

No entanto, as relações com os vizinhos não constituem a totalidade das relações necessárias à consolidação das identidades enquanto vivência e percepção de experiências. Caldeira (1984) e Macedo (1986), em estudos sobre as condições de vida da classe trabalhadora, ressaltam a importância da família como referência às experiências coletivas, uma vez que é no seu núcleo que se definem as necessidades de consumo e os meios para obtê-las, através de seus membros. Segundo Durham, citada por Caldeira (1984:105), a família se constitui como “grupo dentro do qual as pessoas tomam coletivamente decisões que afetam seu destino comum”.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Durham, Eunice. A família operária: consciência e ideologia. Dados, 23(2):201-213, 1980.

Tendo em vista a importância das relações sociais e familiares para a construção das identidades, ao refletirmos sobre a relação entre urbanização e saúde mental, observamos que um dos segmentos sociais mais afetados pelas condições urbanas são as crianças.

O processo de urbanização e de modernização crescente e desigual estabelece condições desfavoráveis ao desenvolvimento psicossocial e cultural das crianças, à medida que limita a necessidade de interação capaz de promover o estímulo e a reação ao meio em que vivem, pela inexistência de regras e de referências claras a suas ações.

A necessidade de ausência de ambos os pais, a fim de se obter as condições necessárias para a sobrevivência familiar, é apontada por Ekblad (1995) como um fator limitante à possibilidade de cuidados, supervisão e estímulos às crianças, principalmente nas classes mais baixas. Também são citados os problemas referentes ao abandono de crianças e à exploração de mão-de-obra infantil, cujas conseqüências se observam no aumento da prostituição infantil, no consumo de drogas e no envolvimento com a violência.

Essas questões, integradas a outros fatores sócio-ambientais como as aglomerações, o barulho, a poluição, o medo diante da violência urbana, as condições de moradia etc., determinam um contexto favorável ao stress e aos distúrbios mentais. Espaço e condições para o lazer, saúde e qualidade de vida, estrutura familiar (segurança), aceitação na comunidade (pertencimento), possibilidade de desenvolvimento dos potenciais físicos e psíquicos (estímulos) são alguns dos fatores necessários ao pleno desenvolvimento dos indivíduos. O que se observa, no entanto, é que tais condições se acham comprometidas no processo desordenado de urbanização, que desgasta e reduz o suporte social necessário ao estabelecimento das referências e dos mecanismos consolidadores da identidade.

A quebra dos laços familiares e comunitários, que possibilitam a sensação de segurança, pertencimento e participação, desencadeia um processo capaz de comprometer a própria identidade. Em termos culturais, a limitação à integração social é um fator problemático, pois necessitamos de outros para o nosso reconhecimento e a nossa aceitação no grupo, enfim, para a constituição dos vínculos sociais que direcionam as nossas experiências.

Embora os estudos atuais sobre urbanização e saúde mental privilegiem as questões sócio-econômicas, alguns aspectos são característicos dos fenômenos urbanos de um modo geral, atingindo e agredindo indistintamente as classes sociais. Problemas de ordem familiar, como a separação do casal e ausência prolongada dos pais que necessitam trabalhar, não estão diretamente vinculados à pobreza. Da mesma

forma, a integração da criança à comunidade sofre a interferência de fatores como o individualismo e a solidão, característicos da vida urbana. Talvez, no caso do desenvolvimento dos potenciais físicos e psíquicos, a diferenciação sócio-econômica seja mais visível, em decorrência da exigência de condições financeiras para o acesso aos bens e serviços necessários.

Em geral, a questão da adaptabilidade ou de ajuste individual é mencionada. Nesse caso, o stress não é determinado apenas pelo contexto sócio-econômico e ambiental, mas também pelas características culturais que norteiam a experiência individual. O desenvolvimento de crianças submetidas a certas experiências urbanas pode revelar o modo como suas trajetórias específicas se adaptam ou não às condições favoráveis ao stress.

Os limites entre as necessidades individuais de ajuste social e as condições para satisfazê-las são tênues e indicam um outro tipo de problema: a marginalidade.

*“O marginal é um homem que se situa na divisa de duas raças, na margem de duas culturas, sem pertencer a nenhuma delas.”*

(Fernandes, 1960:311)

A ausência de referências sócio-culturais para a construção das identidades merece maior atenção do ponto de vista da relação entre ajuste e desajuste social, com implicações na saúde mental dos indivíduos. À medida que a adaptação ou integração social se verifica a partir dos meios disponíveis para a sua consolidação, a sua ausência conduz a uma situação de liminaridade e, portanto, de conflitos.

As situações de mudança exigem um maior esforço de adaptação dos indivíduos. Nesse sentido, a migração, a pobreza, a separação dos pais, a violência etc., em geral, afetam a capacidade de ajuste social das crianças. A intensidade do conflito ou do drama psíquico estaria relacionada à incompatibilidade entre valores e referenciais simbólicos diversos ou entre experiências conflitantes. Os conflitos entre padrões e valores socialmente estabelecidos levam à desorganização e ao conflito emocional dos indivíduos. Pode-se, portanto, falar em marginalidade quando desaparece a possibilidade de harmonização e de conciliação, estabelecendo-se um desequilíbrio cultural que torna inevitável a desagregação social de um indivíduo.

Nesse sentido, a coesão social pode atuar como um suporte à desagregação urbana. O contato familiar e com a comunidade, as relações de amizade podem acionar as referências necessárias que tornam suportáveis as condições sócio-ambientais agressoras.

O modo como essas experiências podem afetar as crianças depende, assim, da consideração do modo como as crianças percebem e reagem aos acontecimentos adversos. Segundo Ekblad (1995), essa percepção está

relacionada à faixa etária, que influencia o desenvolvimento do processo de cognição, das emoções e das relações sociais. Essa visão é compartilhada por autores como Achenbach, Rutter, Polaino e Domenech<sup>4</sup>.

Segundo Ekblad, as crianças mais jovens (2 a 5 anos) dependem dos adultos para sua proteção e segurança e dificilmente reagem de forma clara aos acontecimentos estressantes. Em geral, essas reações evidenciam comportamentos como: ansiedade, medo da separação, problemas de comunicação verbal, enurese e pesadelos.

Crianças entre 6 e 12 anos são capazes de compreender o significado das experiências adversas e lidar com elas através da fantasia. No entanto, elas se sentem vulneráveis e com medo. Problemas comuns nesse grupo etário são a falta de concentração, a inquietação, os problemas de aprendizagem, ansiedade e queixas psicossomáticas (dores de cabeça e de estômago), agressividade, depressão, regressão e problemas relacionados ao sono.

Por fim, os adolescentes (13 a 16 anos) constituem um grupo especial de risco, por estarem em um estágio da vida em que ocorrem mudanças psíquicas e emocionais e também por enfrentarem a quebra dos laços de segurança e proteção de suas famílias ao buscarem relações mais profundas com o mundo externo. Tornam-se mais vulneráveis aos acontecimentos estressantes, porque têm maior compreensão dos efeitos dessas situações.

A visualização desse quadro nos indica que o modo de percepção da realidade é um fator preponderante à consolidação das identidades. Nesse sentido, as conseqüências dos acontecimentos estressantes à saúde mental das crianças depende, em grande medida, do modo como elas percebem a realidade à sua volta, de acordo com as suas experiências individuais e também da sua faixa etária.

A maneira como os indivíduos interagem com o social não se resume à interação de cada um à massa; mas, em termos do processo de configuração da identidade, refere-se à maneira pela qual cada um de nós compartilha as experiências, dentro de um mesmo contexto sócio-econômico, ambiental e cultural, estabelecendo relações, tornando-nos indivíduos sociais, agindo segundo regras, padrões e valores aceitos pelo grupo. Não compartilhar dessa experiência social é uma questão que evidencia os problemas da adaptação individual aos critérios da sociabilidade.

Nas sociedades urbanas, a heterogeneidade sócio-econômica e cultural é um fator que nos introduz a uma nova forma de "socialidade", segundo Maffesoli (1987). Na definição do autor, "a cidade é uma sucessão de territórios onde as pessoas, de maneira mais ou menos

efêmera, se enraízam, se retraem, buscam abrigo e segurança" (Maffesoli, 1987:194).

A convivência entre os diversos grupos e seus respectivos "pedaços" permite-nos falar de "tribos", espaços de relações consolidadas pelo sentimento de pertença. Estamos nos referindo a espaços que permitem o estabelecimento de redes de relações, segundo os interesses comuns que unem os indivíduos que delas fazem parte. Não são "pedaços" únicos e exclusivos, mas "pedaços" que constituem as "tribos", as quais povoam e tornam possível a própria cidade.

*"... o reconhecimento da diversidade e a ritualização do constrangimento que ela suscita levam a um ajustamento específico que, de alguma forma, utiliza o dissenso e a tensão como fatores de equilíbrio úteis à cidade (...) As diversas tribos urbanas 'fazem a cidade' porque são diferentes e às vezes até mesmo opostas."*

(Maffesoli, 1987:199)

Transitamos, portanto, entre os diversos "pedaços" urbanos, nos relacionando com as diferentes "tribos", conforme os nossos interesses e as nossas necessidades de abrigo e de segurança. Trata-se, portanto, de uma convivência possível no grupo e entre grupos, segundo a vida afetual e a experiência vivida pelos indivíduos.

A passagem de uma "tribo" a outra, trânsito comum nessa heterogeneidade do espaço urbano, leva-nos à consideração de um aspecto da marginalidade: a liminaridade estabelecida entre a passagem de uma situação a outra, ou de uma cultura a outra, ou ainda de uma experiência afetual a outra.

*"Determinado por seu território, sua tribo, sua ideologia, cada um pode, igualmente, e num lapso de tempo muito curto, irromper em outro território, em outra tribo, em outra ideologia."*

(Maffesoli, 1987:202)

Se é na vida social que operamos as cristalizações responsáveis pela constituição de nossas identidades, cabe aqui questionar o problema desses estímulos tribais do mundo urbano, quando se pode estar em todas as tribos, mas também pode-se não estar em nenhuma.

Ainda segundo Maffesoli (1987), "a vida social é como uma cena onde, por um momento, se operam cristalizações. E a peça, então, pode acontecer. Mas uma vez representada essa peça, o conjunto se dilui até que surja uma outra nodosidade".

É nessa realidade que pretendemos ressaltar os aspectos antropológicos de uma análise dos problemas da urbanização e suas conseqüências sobre a saúde mental das crianças.

<sup>4</sup> Esses autores são citados por Barbosa, Genário Alves & Lucena, Aline (1995) em estudo sobre a depressão infantil.

Segundo Ekblad (1995), poucos estudos têm focado a frequência, densidade e extensão das relações sociais nas áreas urbanas. A atenção a esse aspecto parece indicar algumas "pistas" para a compreensão da adaptação individual às circunstâncias de stress. Embora haja um consenso quanto às conseqüências negativas do stress urbano, principalmente nas crianças, pouco se sabe acerca dos seus determinantes e dos mecanismos responsáveis pelo enfrentamento e pela adaptação às situações adversas.

Uma análise antropológica sobre o problema deve enfatizar o processo de consolidação das identidades, tendo em vista as relações sociais, uma vez que elas nos indicam, em contextos sócio-ambientais e culturais diversos, as referências do grupo necessárias ao comportamento e ajuste dos indivíduos. Estudos nesse sentido devem levar em conta os determinantes do meio social, econômico, ambiental, cultural, e a trajetória específica das crianças e a sua capacidade de adaptação.

Parece-nos que em meio ao turbilhão de transformações impostas pelo meio urbano, a manutenção do equilíbrio social e da saúde mental dos indivíduos remete-nos à compreensão de uma socialidade fundamental, dos mecanismos que organizam essa realiação contemporânea, de um rito quase religioso que evoca o sentimento de pertença: "(re)ligare) ambiente de nossas megalópoles" (Maffesoli, 1987:196).

#### SUMMARY

Regarding the spatial, social, economic and cultural differences of the urban world, this article analyses the possibility of maintaining the child mental health. The feeling of being part of a specific society is emphasized as a fundamental aspect that can contribute, under an anthropological sight, to the comprehension of the adjust and adaptation mechanisms necessary to the preservation of the people's mental health.

#### KEY WORDS

Mental health. Urbanization. Cultural identity. Socialization.

#### Bibliografia

1. BARBOSA, G.A. & Lucena, A. - Depressão infantil. *Infanto, Rev. Neuropsiq. da Inf. e Adol.*, 3(2):23-30, 1995.
2. CALDEIRA, T.P.R. - A política dos outros – o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo, Brasiliense, 1984.
3. CHENG, T.A. - Urbanization and minor psychiatric morbidity: a community study in Taiwan. *Social Psychiatry and Psychiatry Epidemiology*, 24:309-316, 1989.
4. EKBLAD, S. - Helping children cope with urban environment stresses in developing countries. In: Harpham, T. & Blue, I. (ed.). *Urbanization and mental health in developing countries*. England, Avebury, 1995.
5. FERNANDES, F. - Mudanças sociais no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960.
6. HARPAM, T. & BLUE, I. - Urbanization and mental health in developing countries: an introduction. In: Harpham, T. & Blue, I. (ed.). *Urbanization and mental health in developing countries*. England, Avebury, 1995.
7. LÉVI-STRAUSS, C. - A oleira ciumenta. São Paulo, Brasiliense, 1986.
8. MACEDO, C.C. - A reprodução da desigualdade. 2a. ed. São Paulo, Vértice, 1986.
9. MAFFESOLI, M. - O tempo das tribos – o declínio do individualismo – as sociedades de massa. Rio Janeiro, Forense-Universitária, 1987.
10. MAGNANI, J.G.C. - Festa no pedaço – cultura popular e lazer na cidade. São Paulo, Brasiliense, 1984.
11. MARSELLA, A.J. - Urbanization and mental disorders: an overview of theory and research and recommendations for interventions and research. Paper prepared under the auspices of the Psychosocial Programme of the World Health Organization. Geneva, 1990.

#### Endereço para correspondência:

R. Marechal Deodoro, 267  
CEP: 08674-070 - Suzano-SP